



Ministério da Mulher, da Família e dos
Direitos Humanos

CURRÍCULO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nome: CLAUDIO DE CASTRO PANOEIRO

Cargo comissionado: Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD) – DAS 101.6

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- **Doutor** em “*Estado de Direito e Governança global*” pela Universidade de Salamanca (USAL), Espanha, com tese defendida em 17/01/2020 sob o título “*Transparência e Integridade em grandes eventos esportivos. Lições aprendidas nos Jogos Olímpicos 2016*”
- **2020;**
- **Mestre** em “*Estratégias Anticorrupção e Políticas de Integridade*”, pela Universidade de Salamanca (USAL), Espanha, com a tese sob o título: “*Corrupção, Transparência Governamental e Direito de Acesso à informação: uma análise comparativa das leis de Transparência e acesso à Informação brasileira e espanhola*”, com dissertação defendida em 17/07/2014;
- **Pós-Graduado** em Direito Público pela Uniderp - Anhanguera. Monografia defendida em 2011 sob o título “Ações afirmativas: origens, conceito, objetivos e modalidades” - **2011;**
- Bacharel em Direito graduado pela *Universidade Federal do Rio de Janeiro* - **UFRJ** - **1999.**
- Aluno do Instituto Benjamin Constant - Centro de Referência Nacional para pessoas cegas, baixa visão e surdocegas. Ensino fundamental - 1984 a 1990;
- Alfabetizado em Braille pelo Instituto Benjamin Constant e anteriormente por escola regular.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- Secretário Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SENAJUS/MJSP - junho de 2020 até agosto de 2021;

- Membro do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência (CONADE) - Portaria DOU nº 1.950 de 28 de julho de 2020 até agosto de 2021
- Presidente do Conselho Nacional de Imigração (CNIG) - Portaria no DOU nº 114, de 17.06.2020 até agosto de 2021;
- Presidente do Comitê Nacional para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e o Contrabando de Imigrantes (CONATRAP) - Portaria no DOU nº 419, de 30 de julho de 2020 até agosto 2021;
- Presidente do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) de junho de 2020 até agosto de 2021;
- Membro do Conselho Superior de Cinema, de acordo com a Portaria SECULT/MTUR nº 29, de 20 de abril de 2021 até agosto 2021;
- Membro do Conselho do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado (Pátria Voluntária), de julho de 2020 a agosto de 2021;
- Membro substituto do Conselho Federal de Assistência Emergencial da Casa Civil da Presidência da República - Portaria DOU nº 399 de 18 de agosto de 2020 até agosto de 2021;
- Advogado da União na Procuradoria Regional da União da 2ª Região - desde 05/09/2005;
- Coordenador do Grupo de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa na Procuradoria Regional da União - PRU2 - entre 2008 e 2011;
- Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro - entre 1999 e 2005;
- Auxiliar Judiciário do Tribunal de Alçada Criminal do Rio de Janeiro - entre 1997 e 1998;
- Estágio Jurídico junto à Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Publicações:

- Responsável pelo Projeto de Inclusão de Pessoa com Deficiência ao Judiciário:
<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/acao-do-ministerio-da-justica-e-seguranca-publica-facilita-a-inclusao-de-pessoas-com-deficiencia-ao-sistema-judiciario>
- Coautor da Obra “Democracia e Sistema de Justiça Obra em homenagem aos 10 anos do Min. Dias Toffoli no STF”, Ed. Forum. 2020. **SBN:** 978-85-450-0718-0:
<http://loja.editoraforum.com.br/democracia-e-sistema-de-justica>

- Primeiro Advogado Cego a realizar sustentação oral no STJ:

<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias-antigas/2019/2019-02-02-06-55-Advogado-cego-lembra-experiencia-de-fazer-primeira-sustentacao-oral-no-STJ.aspx>

- Coautor da Obra “ADVOCACIA DE ESTADO - QUESTÕES INSTITUCIONAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM ESTADO DE JUSTIÇA”, Ed. Forum. 2009. I.S.B.N: 978-85-7700-23 - 8:

<http://www.editoraforum.com.br/loja/produtos descricao.asp?lang=pt BR&codigo produto=368>

- Coautor do artigo “Atribuição dos Advogados da União para Manejarem Ação de Execução com Base em Acórdão do TCU após a Lei 11.457”. Publicado na Revista virtual da AGU, nº 92, AnoIX, setembro de 2009:

<http://www.agu.gov.br/sistemas/site/TemplateTexto.aspx?idConteudo=97461&ordenacao=1&id site =1115>

